



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Instituído pela Lei Municipal nº 901, de 02 de julho de 2002.

ADMINISTRAÇÃO DO EXMO. SR. PREFEITO LEONARDO NUNES RÊGO

ANO XIV – Nº 1795 – PAU DOS FERROS/RN, terça-feira, 14 de fevereiro de 2017

IMPrensa Oficial do Município de Pau dos Ferros/RN

EDITADO PELA SECRETARIA DE GOVERNO

PODER EXECUTIVO

LEONARDO NUNES RÊGO – Prefeito Municipal
ZÉLIA MARIA LEITE – Vice-prefeita

PODER LEGISLATIVO

ERALDO ALVES DE QUEIROZ – Presidente
FRANCISCO AUGUSTO DE QUEIROZ – Vice-Presidente
FRANCISCA ITACIRA AIRES NUNES – 1º Secretário
FRANCISCO DE ASSIS MONTEIRO
FRANCISCO GUTEMBERG B. DE ASSIS
FRANCISCO JOSÉ F. DE AQUINO
HUGO ALEXANDRE DOS SANTOS
JADER JUNIOR DE LIMA ARAUJO
JOSE ALVES BENTO
JOSE GILSON RÊGO GONÇALVES
RENATO ALVES DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

Dr. OSVALDO CÂNDIDO DE LIMA JUNIOR
Juiz Titular da 2ª Vara Cível - Diretor do Foro, Juiz Substituto do Juizado da 1ª Vara Cível e Juiz Substituto do Juizado Especial Cível, Criminal e Fazenda Pública
Dr. EDILSON CHAVES DE FREITAS
Juiz Substituto da Vara Criminal

PROMOTORIA DE JUSTIÇA

DR. EMANUEL DHAYAN BEZERRA DE ALMEIDA
1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Pau dos Ferros
Dr. RODRIGO PESSOA DE MORAIS
2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Pau dos Ferros
DR. PAULO ROBERTO ANDRADE DE FREITAS
3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Pau dos Ferros

1 - SECRETARIA DE GOVERNO

- Lei – Republicada por incorreção

2 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

- Portaria – Republicada por incorreção

3 - CPL

- Extrato de Contrato – Republicado por incorreção

GABINETE DO PREFEITO

Lei nº 1570/2017 – Republicada por incorreção

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO INCISO IX, DO ART 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS/RN, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de PAU DOS FERROS/RN aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a contratação temporária de médicos, odontólogos especialistas, psicólogos e de médicos do trabalho, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde, Secretaria de

Assistência Social e da Secretaria de Administração, referentes ao atendimento das necessidades do Programa Saúde da Família – PSF, Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), CREAS, CRAS e da averiguação das condições de trabalho dos servidores públicos municipais com a consequente elaboração de Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT (todas as funções previstas no Anexo I da presente Lei), por prazo determinado, nos moldes do art. 37, inciso IX da Constituição Federal, mediante processo seletivo simplificado, pelo prazo de 01 (um) ano, prorrogável por igual período.

§ 1º - A contratação a que se refere o **caput** deste artigo será feita exclusivamente para suprir a motivada falta de servidores públicos no Quadro de Pessoal do Município de Pau dos Ferros/RN, para a necessidade específica mencionada.

Art. 2º O recrutamento do pessoal a ser contratado nos termos dessa Lei, será feito através de Processo Seletivo Simplificado mediante análise de curriculum vitae, por comissão composta de três membros a ser designada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, sendo conduzido de acordo com os princípios que regem a Administração Pública, sujeito à ampla divulgação, notadamente por meio do Diário Oficial do Município (DOM), observados os requisitos previstos no Anexos I da presente Lei.

Art. 3º A remuneração dos contratados obedecerá aos valores constantes no Anexo I da presente Lei.

Art. 4º É proibida a contratação, com base nesta Lei, de servidores públicos da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Excetuam-se da vedação do **caput** deste artigo os servidores públicos enquadrados nos casos previstos no art. 37, XVI, da Constituição Federal, condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.

§ 2º Sem prejuízo da invalidação do contrato, a infração do disposto neste artigo importa na responsabilidade administrativa da autoridade contratante e do contratado, implicando ainda solidariedade quanto à devolução dos valores indevidamente pagos ao contratado.

Art. 5º Os contratados nos termos desta Lei não poderão:

- I - receber funções, atribuições ou encargos não previstos no respectivo contrato;
- II – ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;
- III – ser novamente contratado com fundamento nesta Lei.

§ 1º A inobservância das vedações previstas no **caput** deste artigo importa em:

- I – rescisão contratual, nos casos dos incisos I e II, do **caput** deste artigo; ou
- II – invalidação contratual, no caso do inciso III do **caput** deste artigo.

§ 2º A adoção de uma das medidas previstas no § 1º deste artigo não afasta a responsabilidade administrativa das autoridades públicas envolvidas nas transgressões de que trata o **caput** deste artigo.

Art. 6º Aplica-se aos contratados, no que couber, o disposto no Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais de Pau dos Ferros/RN (LEI Nº. 1053/07);

Art. 7º As infrações disciplinares atribuídas aos contratados nos termos desta Lei serão apuradas mediante sindicância, concluída no prazo de trinta dias e assegurada ampla defesa.

Art. 8º O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

- I – pelo término do prazo contratual;
- II – pela iniciativa do contratado;
- III – por iniciativa do órgão ou entidade contratante, decorrente de conveniência administrativa.

Parágrafo único – A extinção do contrato, nos casos dos incisos II e III, será comunicada com a antecedência mínima de trinta dias.

Art. 9º O tempo de serviço prestado em virtude de contratação nos termos desta Lei será contado para todos os efeitos.

Art. 10º As contratações autorizadas por esta Lei somente podem ser efetivadas mediante expressa autorização do Prefeito.

Art. 11º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pau dos Ferros/RN, 07 de fevereiro de 2017.

Leonardo Nunes Rêgo
PREFEITO

ANEXO I

1. DA FUNÇÃO, VAGA E CARGA HORÁRIA

DESCRIÇÃO	VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	REMUNERAÇÃO	REQUISITOS PARA INVESTIDURA
Médico – PSF	06	40 horas	R\$ 9.000,00	Curso superior completo de Medicina em instituição reconhecida pelo MEC e Registro regularizado junto ao CRM
Médico do Trabalho	01	20 horas	R\$ 4.500,00	Curso superior completo de Medicina em instituição reconhecida pelo MEC e Registro regularizado junto ao CRM com pós-graduação em Medicina do Trabalho
Odontólogo Especialista Periodontista	01	40 horas	R\$ 3.119,00	Curso Superior completo em odontologia, com pós-graduação em Periodontia e registro profissional no respectivo conselho
Odontólogo Especialista Endodontista	01	40 horas	R\$ 3.119,00	Curso Superior completo em odontologia, com pós-graduação em Endodontia e registro profissional no respectivo conselho
Odontólogo Especialista em Cirurgia e traumatologia buco-maxilo-facial	01	40 horas	R\$ 3.119,00	Curso Superior completo em odontologia, com pós-graduação em Cirurgia e traumatologia buco-maxilo-facial e registro profissional no respectivo conselho
Odontólogo Especialista em Diagnóstico em Saúde Bucal	01	40 horas	R\$ 3.119,00	Curso Superior completo em odontologia, com atualização ou aperfeiçoamento em Cirurgia Oral menor, Odontopediatria, Diagnóstico Oral, Pacientes especiais ou oncologia e registro profissional no respectivo conselho.
Psicólogos	02	30 horas	R\$ 1.300,00	Curso Superior completo em Psicologia, em instituição reconhecida pelo MEC e Registro regularizado junto ao CRP.

2. DEMONSTRATIVO DOS CARGOS E SUAS ATRIBUIÇÕES

Médico – PSF

- a. Atribuições:** Aplicar os conhecimentos de medicina na prevenção e diagnóstico das doenças do corpo humano. Suas funções consistem em: efetuar exames médicos, avaliando o estado geral em que o paciente se encontra e emitindo diagnóstico com a respectiva prescrição de medicamentos e/ou solicitação de exames, visando a promoção da saúde e bem estar da população; Receber e examinar os pacientes de sua especialidade, auscultando, apalpando ou utilizando instrumentos especiais, para determinar o diagnóstico ou conforme necessidades,

requisitar exames complementares ou encaminhar o paciente para outra especialidade médica; Analisar e interpretar resultados de exames diversos, tais como de laboratório, Raio X e outros para informar ou confirmar diagnóstico; Prescrever medicamentos, indicando a dosagem e respectiva via de administração dos mesmos; Prestar orientações aos pacientes sobre meios e atitudes para restabelecer ou conservar a saúde; Anotar e registra em fichas específicas, o devido registro sobre os pacientes examinados, anotando conclusões diagnósticas, evolução da enfermidade e meios de tratamento, para dar a orientação terapêutica adequada a cada caso; Atender determinações legais, emitindo atestados conforme a necessidade de cada caso; Participar de inquéritos sanitários, levantamentos de doenças profissionais, lesões traumáticas e estudos epidemiológicos, elaborando e/ou preenchendo formulários próprios e estudando os dados estatísticos, para estabelecer medidas destinadas a reduzir a morbidade e mortalidade decorrentes de acidentes do trabalho, doenças profissionais e doenças de natureza não-ocupacionais; Participar de programas de vacinação, orientando a seleção da população e o tipo e vacina a ser aplicada, para prevenir moléstias transmissíveis; Atender urgências clínicas, cirúrgicas ou traumatológicas; Emitir atestados e laudos para admissão ou nomeação de empregados, concessão de licenças, abono de faltas e outros; Colaborar na limpeza e organização do local de trabalho; Efetuar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

Médico do Trabalho

- a. **Atribuições:** Aplicar os conhecimentos de Medicina do Trabalho no ambiente de trabalho e a todos os seus componentes; detectar os riscos, de modo a minimizá-los até eliminá-los e, na persistência dos mesmos, ainda que reduzidos, determinar o uso de Equipamentos de Proteção Individual - EPI, de acordo com a NR - 6; colaborar quando solicitado nos projetos e na implantação de novas instalações físicas e tecnológicas da Instituição; responsabilizar-se, tecnicamente, pela orientação quanto ao cumprimento do disposto na NR no que se refere às atividades executadas nas Secretarias; promover a realização de atividades de conscientização, educação e orientação dos trabalhadores no que se refere à prevenção de acidentes do trabalho e de doenças ocupacionais, através de campanhas ou de programas de duração permanentes; analisar e registrar acidentes de trabalho e das doenças ocupacionais ocorridas no âmbito da administração municipal, arquivando-os e possibilitando o acesso facilitado a essas informações; atuar elaborando planos de controle de efeitos de catástrofes, salvando e dando atenção às vítimas, em caso de acidentes de trabalho, de qualquer natureza, em caso de emergência; realizar os exames médicos admissionais, periódicos e demissionais, registrando-os em ficha clínica individual que ficará arquivada junto à pasta do servidor; emitir o Atestado de Saúde Ocupacional por ocasião de admissão ao trabalho, bem como de demissão; realizar inspeção de saúde para efeitos de licenças, encaminhando o servidor ao INSS; se diagnosticar doença ocupacional ou dela suspeitar, por ocasião do exame demissional, encaminhar o servidor ao INSS; caracterizar e classificar a insalubridade, através de perícia médica, segundo as normas do Ministério do Trabalho, inclusive como assistente técnico do Município emitindo laudos e manifestações-em demandas judiciais que tenham por objeto a verificação de insalubridade e/ou periculosidade e demais matérias de sua responsabilidade técnica; elaborar o Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT; executar outras atividades correlatas.

Cirurgião Dentista:

- a. **Atribuições:** Atividades de supervisão, coordenação e execução especializada, em grau de maior complexidade, relacionadas com assistência odontológica; diagnosticar e avaliar pacientes, planejar e executar tratamento especializado; prescrever e aplicar medicamentos na clínica e na urgência odontológica; realizar perícias odontológicas; administrar local e condições de trabalho, adotando medidas de precaução universal de biossegurança. Participar da elaboração de procedimentos operacionais padrão. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Executar quaisquer outras atividades correlatas ao seu cargo, determinadas pelo superior imediato.

Psicólogos:

- a. **Atribuições:** Orientar, coordenar e controlar a aplicação, o estudo e a interpretação de testes psicológicos e a realização de entrevistas complementares; orientar ou realizar entrevistas psicossociais com candidatos à orientação profissional, educacional, vital e vocacional; realizar síntese e diagnósticos em trabalhos de orientação educacional, vocal, profissional e vital; planejar, executar ou supervisionar trabalho de psicoterapia em casos de pessoas com problemas de ajustamento; realizar trabalhos administrativos correlatos; desempenhar tarefas afins.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**Portaria nº 001/17 – Republicada por incorreção**

Dispõe sobre a designação da nova **COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITO** e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições Legais;

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar os nomes dos servidores ANTONIO ROBINSON FEITOZA DA SILVA, representante da Secretaria de Administração (Presidente), JOSÉ HUDSON DE AQUINO FREITAS, representante da Secretaria de Governo (Membro), FRANCISCO LAURENTINO DA SILVA FILHO, representante da Secretaria de Administração (Membro) e JULIA MARCIANA PAIVA PINTO representante da Secretaria de Meio Ambiente (Secretária), para constituírem a **COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITO – CPI**, de que trata a Lei 889/02, atribuindo-lhe o poder de polícia administrativa, inerente à conduta dos processos administrativos instaurados no âmbito do Poder Executivo Municipal.

Art.2º - A Comissão acima mencionada tem poderes para ultimar ou refazer os processos administrativos disciplinares.

Art.3º - Esta portaria revoga a de nº 109/16, de 19 de julho de 2016.

Art.4º - Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se. Arquive-se.

Leonardo Nunes Rêgo
PREFEITO

ALEXANDRE DE AQUINO OLIVEIRA
Secretário Interino de Administração
Pref. Mul. de Pau dos Ferros - RN
Portaria nº 018/2017

CPL**Extrato de Contrato – Republicado por incorreção**

CONTRATO Nº.....: 20160278

ORIGEM.....: TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2016-0006

CONTRATANTE.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS

CONTRATADA(O).....: HIRATA CONSTRUÇÕES LTDA EPP

OBJETO.....: Escolha de empresa especializada em construção civil, objetivando a reforma da Central de Abastecimento (AÇOUGUE), neste Município, conforme especificações constantes do Projeto Básico, vinculado ao Contrato de repasse nº 813230 / 2014 / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento /CAIXA, processo Nº 2640.1021489-62 / 2014.

VALOR TOTAL.....: R\$ 345.275,82 (Trezentos e quarenta e cinco mil, duzentos e setenta e cinco reais e oitenta e dois centavos).

PROGRAMA DE TRABALHO.....: Exercício 2016 Atividade 0501.234510006.2.203 Reforma do Açougue, Classificação econômica 4.4.90.51.00 Obras e Instalações.

VIGÊNCIA.....: Data de sua Assinatura (21.07.2016) vigorará por 05 (cinco) meses consecutivos, contados a partir da data de assinatura da Ordem de Serviço

DATA DA ASSINATURA.....: 21 de Julho de 2016

Espaço não utilizado

EXPEDIENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS

PREFEITO
Leonardo Nunes Rêgo

VICE-PREFEITA
Zélia Maria Leite

END. DO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO:
Av. Getúlio Vargas, 1323, Centro
Pau dos Ferros/RN, CEP 59900-000

www.paudosferros.rn.gov.br
